

BRENA LESLIE A. F. MASCARENHAS

MAIORIDADE PENAL

16 OU 18 ANOS?

*Estudo comparado e interdisciplinar
sobre a inimputabilidade penal em razão
da idade nos ordenamentos jurídicos
português (16) e brasileiro (18).*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Introdução	1
1. Noções Gerais sobre a Maioridade Penal.....	11
1.1. A Imputabilidade e a Inimputabilidade Penal	11
1.2. A Inimputabilidade Penal em Razão da Idade	13
2. Os Debates sobre a Maioridade Penal	17
2.1. Os debates nos espaços parlamentares.....	17
2.1.1. Brasil: algumas discussões sobre a PEC n.º 171/1993 (PEC n.º 115/2015)	18
2.1.2. Reflexões: o “medo do crime” e a atividade legislativa penal	25
2.1.3. Portugal: algumas discussões sobre o Projeto de Lei 269/X/1 ...	31
2.1.4. Reflexões: o neoliberalismo e a opção por medidas penais	38
2.2. Os debates na doutrina jurídica.....	45
2.2.1. Brasil: manter ou reduzir?	45
2.2.2. Portugal: manter, reduzir ou aumentar?	49
2.2.3. Reflexão: o que pode estar faltando?.....	51
2.3. Em busca de um Debate “inteligente” e universal	52
3. A Maioridade Penal no Direito Português	57
3.1. A idade fixada: 16 anos.....	57
3.2. A intervenção reservada aos inimputáveis penais: a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).....	59

3.2.1. Análise normativa	59
3.2.2. Análise quanto à efetividade: “funciona”?.....	66
3.2.2.1. Algumas experiências de jovens internados	70
3.2.2.2. Algumas reflexões: o que falta para “funcionar”?.....	75
3.3. O regime penal especial aplicável aos jovens imputáveis penais: o Decreto-lei n.º 401/82, de 23 de setembro	76
3.3.1. Análise normativa.....	76
3.3.2. Análise quanto à efetividade: quando é aplicado?	82
3.3.3. Análise casuística: o Acórdão 733/17.2JAPRT.G2.S1	86
3.4. Afinal, manter, reduzir ou aumentar?.....	94
4. A Maioridade Penal no Direito Brasileiro.....	97
4.1. A idade fixada: 18 anos.....	97
4.2. A intervenção reservada aos inimputáveis penais: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90).....	98
4.2.1. Análise normativa	98
4.2.2. Análise quanto à efetividade: “funciona”?.....	105
4.2.2.1. Algumas experiências de jovens internados	106
4.2.2.2. Algumas reflexões: o que falta para “funcionar”?.....	110
4.3. A atenuante da menoridade relativa	115
4.4. Afinal, manter, reduzir ou aumentar?.....	116
5. A Maturação Cerebral e o Comportamento Adolescente	121
5.1. Neurociência e Direito: uma integração necessária	121
5.2. A maturação do cérebro na adolescência	124

5.2.1. Estudos anatômicos de autópsia: as primeiras descobertas sobre os diferentes ritmos de maturação de diferentes regiões do cérebro	124
5.2.2. Estudos realizados através de imagens de ressonância magnética e outros métodos: as descobertas sobre a maturação prolongada de determinadas regiões cerebrais que amadurecem após a adolescência	126
5.3. O comportamento adolescente	132
5.4. Possíveis contribuições para o debate da maioria penal	138
6. O Consumo Adolescente e o Fenômeno do Consumismo	155
6.1. A adolescência e o consumo	155
6.1.1. As transições entre a infância e a adolescência.....	155
6.1.2. A relação do adolescente com o grupo de pares.....	158
6.1.3. O consumo adolescente	161
6.2. O impacto do consumismo sobre o adolescente	163
6.2.1. O fenômeno do consumismo	163
6.2.2. Adolescência, consumismo e delinquência voltada ao consumo.....	169
6.3. Possíveis contribuições para o debate da maioria penal.....	172
7. As Atrações, os Fatores de Risco e os Fatores de Proteção Relativos à Delinquência na Adolescência	175
7.1. Atrações e fatores de risco para a delinquência	176
7.1.1. A baixa condição econômica do adolescente e dos seus familiares	176
7.1.2. A exclusão social do adolescente “periférico” e “não-consumidor”	181

7.1.3. A filiação do adolescente à gangue e o contato com a criminalidade.....	188
7.1.3.1. A filiação do adolescente à gangue	189
7.1.3.2. A gangue e o contato com a criminalidade	192
7.1.4. Análise casuística: a trajetória do jovem Guto.....	196
7.2. Fatores de proteção contra a delinquência	200
7.2.1. A proteção contra a pobreza e o consumismo	201
7.2.2. A proteção contra o envolvimento com a gangue.....	204
7.3. Possíveis contribuições para o debate da maioria penal	206
Conclusão	213
Referências.....	231